



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TERMO - PRE/SGPRE/GAB

Termo de Cooperação nº 0007/2023, a título gratuito, que entre si celebram o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) e a Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro/BA.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, sediado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado TRE-BA, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Roberto Maynard Frank, portador da carteira de identidade n.º 444924302 SSP/BA e CPF n.º 543.016.455-00 por meio do NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA, instituído pela Res. TRE-BA n.º 8/2016, alterada pela Res. TRE-BA n.º 17/2022, e Portaria TRE-BA n.º 539/2022, representado pelo Desembargador Supervisor e Magistrado de Cooperação, Dr. Vicente Oliva Buratto e o MUNICÍPIO DE MULUNGU DO MORRO/BA, inscrito no CNPJ sob n.º 16.445.876/0001-81, doravante denominada Mulungu do Morro/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Edimário José Boaventura, portador da carteira de identidade n.º 573427500 e CPF n.º 938.890.035-91, têm justo e acertadas as condições para, nos termos do que prescreve o artigo 16, V, da Resolução CNJ n.º 350/2020, estabelecer um vínculo cooperativo, voltado ao interesse público, notadamente, na maximização do acesso à Justiça pelos excluídos digitais, com a criação de Pontos de Inclusão Digital, nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a instalação e manutenção de Ponto de Inclusão Digital (PID) no Município de Mulungu do Morro/BA, nos moldes preconizados na Resolução CNJ n.º 508/2023.

1.2 O Ponto de Inclusão Digital (PID) será instalado no Posto de Atendimento ao Eleitor, localizado no Município de Mulungu do Morro, integrante da 55ª Zona Eleitoral – Morro do Chapéu.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

2.1 A Cooperação Judiciária firmada entre o TRE-BA e o Município de Mulungu do Morro/BA tem por finalidade imprimir maior fluidez, agilidade e eficácia na execução dos atos judiciais e de favorecer o exercício de uma jurisdição mais harmônica e colaborativa, proporcionando maior agilidade na entrega da prestação jurisdicional.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PÚBLICO ALVO

3.1 O público-alvo são os cidadãos e cidadãs domiciliados (as) no Município de Mulungu do Morro que não dispõem de infraestrutura de tecnologia adequada para acessar os serviços judiciários, como conexão à internet e dispositivos digitais, bem como aqueles que necessitam de auxílio para a obtenção de serviços digitais.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS

4.1 Os Pontos de Inclusão Digital oferecerão serviços judiciais voltados para a realização de consulta processual, atos processuais, como depoimentos de partes, de testemunhas e de outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência, bem como o atendimento por meio do Balcão Virtual (Res. CNJ n.º 372/2021), independente da origem do processo.

4.2 Fica garantida a possibilidade de serem agregados outros serviços voltados ao acesso à cidadania.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS COOPERANTES

5.1 O Município de Mulungu do Morro/BA se obriga a disponibilizar e prestar a manutenção de espaço físico no Posto de Atendimento ao Eleitor de Mulungu do Morro, garantindo um ambiente seguro para oitiva das partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, preferencialmente em espaço separado, não compartilhado e exclusivo para o atendimento ao jurisdicionado, a fim de preservar a privacidade dos atos a serem praticados, bem como o acesso à internet.

5.2 O TRE/BA compromete-se a disponibilizar o mobiliário e equipamentos de informática adequados (computador, monitor, webcam, teclado, mouse, microfone e caixa de som ou headphones, etc.) e câmeras de acesso ao ambiente, para utilização na atividade fim do Ponto de Inclusão Digital (PID).

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E RESILIÇÃO

6.1. Este Termo de Cooperação terá vigência pelo prazo de 02 (dois anos), contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado por vontade das partes, através de termo aditivo, com a finalidade de alcançar o seu objetivo.

6.2. Este Termo de Cooperação é passível de resilição a qualquer tempo, por solicitação de qualquer uma das partes, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

6.3. Os bens e direitos disponibilizados por cada uma das partes para a consecução deste Termo de Cooperação retornará aos seus titulares ao final do ajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO

7.1 Os cooperantes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Termo de Cooperação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

8.1 O presente Termo não envolve a transferência de recursos financeiros entre os Cooperantes. Eventuais ações dele resultante que implicarem transferência ou cessão de recursos financeiros serão viabilizadas mediante instrumentos próprios.

8.2 A remuneração da força de trabalho cedida ficará a cargo do Município de Mulungu do Morro/BA

9. CLÁUSULA NONA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

9.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Cooperação, será obrigatoriamente destacada a colaboração dos Cooperantes, observadas as disposições do art. 37, § 1º, da Constituição Federal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÕES LEGAIS

10.1 Com o objetivo de demonstrar a idoneidade deste instrumento quanto à dispensa de chamamento público as partes declaram, para os devidos fins que entre os gestores das entidades envolvidas não há nenhum impedimento à celebração deste Termo de Cooperação, nos termos do art. 39, inciso III c/c §5º da Lei n. 13.019 de 31 de julho de 2014.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

11.1 O TRE-BA providenciará a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial da União, conforme artigo 38 da Lei n. 13.019 de 31 de julho de 2014, podendo ainda ser publicado no sítio virtual das instituições envolvidas como forma de garantir maior transparência e eficiência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre as partes, preferencialmente por termos aditivos, que farão parte integrante deste instrumento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da Justiça Federal da Capital do Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro.

E por estarem, assim, justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Salvador, 20 de julho de 2023.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Desembargador Roberto Maynard Frank

Presidente

RG: 444924302

CPF: 543.016.455-00

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – TRE-BA

Desembargador Vicente Oliva Buratto

Supervisor e Magistrado Cooperador

MUNICÍPIO DE MULUNGU DO MORRO/BA

Edimário José Boaventura

Prefeito Municipal

RG: 573427500

CPF: 938.890.035-91



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO MAYNARD FRANK, Presidente**, em 21/07/2023, às 11:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Oliva Buratto, Analista Judiciário**, em 21/07/2023, às 11:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2431265** e o código CRC **27463183**.
